

Crise de identidade

Categories : [Rafael Corrêa](#)

A crise desencadeada pela rejeição dos franceses e holandeses ao projeto de Constituição Européia não apresenta apenas reflexos políticos e sociais. Sua repercussão ambiental torna-se mais e mais evidente a cada dia. Os desentendimentos entre membros do Parlamento são uma constante e cada vez mais se ouve novas notícias sobre o não-atendimento dos países-membros às metas ambientais estabelecidas em razão do Protocolo de Kyoto.

Uma das mais claras indicações disso encontra-se em um documento divulgado recentemente pela ONG WWF sobre os efeitos da presença humana no meio ambiente. No referido documento, segundo artigo publicado na página [Environment Daily](#), intitulado “*EU's 'big feet' draining earth's resources*”, consta que a “pegada” deixada pela União Européia nos recursos naturais do planeta é mais do que duas vezes maior da que seria necessária para assegurar a manutenção da sua população. Abrigando cerca de 7% da população mundial, a União Européia utiliza, hoje, uma média de 17% dos recursos naturais da Terra, explorando-os além do ponto em que estes teriam condições de se recuperar naturalmente. Lideram o ranking de destruição a Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Irlanda e Suécia, que utilizam entre três e quatro vezes mais recursos do que, teoricamente, lhes caberia.

Ainda segundo o artigo, o WWF há muito realiza tais estudos, mas este foi o primeiro a olhar especificamente para os problemas europeus. Com base nele, a ONG fez diversas recomendações à Comissão de Meio Ambiente da União Européia, como, por exemplo, investir em fontes renováveis de energia e em projetos de construção civil que poupem água e energia e reduzam o desperdício e a produção de lixo.

Em um momento tão delicado, “para responder à crise constitucional” a EU deveria investir em “políticas ambientais fortes, dinâmicas e eficientes”, segundo o advogado grego Stavros Dimas, atual Comissário da União Européia para o Meio Ambiente em discurso perante vários membros do Parlamento Europeu. Segundo ele — em outra matéria publicada na Environment Daily, intitulada “*EU should stay dynamic in green policies*” — a hostilidade apresentada pelos franceses e holandeses é um sinal de que a EU deveria dar mais atenção à opinião pública ao estabelecer suas prioridades e investir em leis que efetivamente melhorem a qualidade de vida das pessoas. Ainda de acordo com Dimas, as leis ambientais se prestam perfeitamente a este propósito, já que, em suas palavras, “as pesquisas mostram que os cidadãos da UE se preocupam com o meio ambiente a ponto de achar que a sua proteção deveria ter prioridade sobre a competitividade econômica”.

O discurso de Dimas gerou polêmica entre os membros presentes, que alegaram, entre outras coisas, não estarem convencidos do comprometimento real da Comissão de Meio Ambiente com o desenvolvimento das políticas ambientais europeias, afirmando que a Comissão tem dado pouco

valor ao tema. As críticas fizeram referência, ainda, à não-elaboração, por parte da Comissão, de medidas capazes de obrigar os países-membros a assiná-las e cumpri-las, ao invés do que chamaram de “iniciativas vagas”.

Mas a crise política que afeta o Legislativo Europeu não parece ter surtido maiores efeitos sobre o Judiciário. Ao menos sobre a Corte de Direitos Humanos da UE, situada em Strassbourg, na França. Recentemente, aquela corte condenou o Governo Russo a tratar e indenizar, em €6 mil, uma mulher que sofre de problemas de saúde causados pela poluição gerada por uma indústria metalúrgica implantada próximo à sua casa, na cidade de Cherepovets. Segundo a Corte, o Estado Russo violou os direitos humanos da Sra. Nadezha Fadeyeva, falhando no seu dever de protegê-la, alocá-la em um local seguro e reduzir os níveis de poluição da fábrica.

Segundo a Corte, os governos europeus são legalmente responsáveis pela prevenção de danos à saúde de seus cidadãos causados por instalações industriais, até mesmo quando estas forem de propriedade de particulares e por eles administradas. Esta foi a primeira vez que a Corte de Direitos Humanos responsabilizou um Estado por danos causados por uma empresa 100% privada. Em um caso anterior, a Espanha havia sido condenada a reparar danos causados por uma companhia meio pública meio privada. O caso da Rússia é, portanto, inédito e abre um importante precedente.